

A FRUSTRAÇÃO DA UNIDADE LATINO-AMERICANA

É uma ideia grandiosa pretender formar de todo o Novo Mundo uma única nação, em que todas as partes sejam unidas entre si e em conjunto por um mesmo elo. A origem é uma, assim como a língua, os costumes e a religião. Não deveriam, pois, obedecer a um só governo, que confederasse os diversos Estados? Sim. Mas não é possível, porque o afastamento dos países, a diversidade das situações, a dessemelhança dos caracteres, fazem a América dividir-se (Simón Bolívar, **Mensagem de Angostura**, 1819)

O pensamento político independentista latino-americano se baseou no Iluminismo europeu, para afirmar que a emancipação americana poderia marcar o início de uma nova comunidade humana, que só poderia realizar-se através de uma Constituição, um contrato social. Simon Bolívar, o mais lúcido dos líderes da independência, era politicamente conservador, o que não lhe impediu de ser visto pelos liberais europeus como o novo herói da época, na hora sombria dominada pela Santa Aliança no Velho Continente: “Bolívar se encontrava em uma encruzilhada histórica da qual não podia estritamente sair: a encruzilhada dos constitucionalistas que queriam apoiar-se ao mesmo tempo no racionalismo construtor do século XVIII - nos fatos possíveis, dizia Sieyès - e nas peculiaridades históricas, nos fatos positivos, aos que aludia também Sieyès. Em soma, esses constitucionalistas queriam apoiar-se simultaneamente na razão e na história, mas numa história vista como experiência que aconselhava a cautela e os passos muito contados. Quando Bolívar morria, em 1830, começava justamente a ação política dos liberais românticos que encontrariam a saída para a encruzilhada aludida”.¹ A geração romântica, entre as que se destacou a geração argentina de 1837, com Esteban Echeverría, também partiu de uma frustração: a do fracasso do Estado moderno e da democracia política na América, onde reinavam a guerra civil (a “anarquia”) contida por caudilhos brutais que impunham ditaduras autocráticas, num contexto histórico em que, nas suas palavras, “a destruição das estruturas espanholas só deixara em pé interesses locais muito poderosos, sem nenhuma articulação central”.

Se nos EUA a guerra pela independência abriu um processo de expansão territorial e unificação nacional, na América Latina ocorreu o contrário. A figura de Simón Bolívar y Ponte (1783-1839) resumiu em suas contradições o conteúdo das revoluções da independência hispano-americana. *El Libertador* era filho de comerciantes que residiam na Venezuela e, ainda jovem, foi enviado à Europa para estudar, tomou contato com os ideais da Revolução Francesa e, em 1807, voltou à Venezuela, disposto a organizar batalhões militares para promover a independência da colônia. Após combates de dois anos, favorecidos pela fraqueza do exército espanhol, cuja maioria fora enviada para lutar contra a invasão napoleônica na Espanha, Bolívar tornou independente a Venezuela. Formou novos exércitos e aliou-se a militares que já promoviam movimentos de libertação. Mas os interesses das elites econômicas *criollas* de cada comarca falaram mais alto, e a fragmentação da América se tornou inevitável. Cada oligarquia não quis perder o controle da área que controlava. Os interesses localistas das oligarquias agrárias e comerciais acabaram prevalecendo. O exemplo mais claro ocorreu na Grã Colômbia: as classes dominantes não aceitaram a decisão de Bolívar de manter a região unificada num único país, promovendo um golpe para tirá-lo do poder. Após a vitória militar contra Espanha, exilaram o militar e concluíram por dividir o território em três países: Venezuela, Colômbia e Equador.

Bolívar morreu em 1830, acometido pela tuberculose (existe a hipótese de seu envenenamento pelos seus adversários políticos). No final da sua vida, reconheceu que a elite social americana se identificou com sua luta apenas para se libertar da tutela política espanhola, mas não para formar um novo país independente e unificado. Desiludido, prognosticou que a história do continente seria marcada por ditadores, mortes e submissão econômica: “A América cairá

¹ Juan Marichal. *Cuatro Fases de la Historia Intelectual Latinoamericana (1810-1970)*. Madri, Fundación Juan March, 1978, p. 43.

infalivelmente nas mãos de um bando desenfreado de tiranos mesquinhos de todas as raças e cores, que não merecem consideração".

Sua *Carta de Jamaica*, datada em Kingston, setembro 6 de 1815, resumiu sua ideologia política, inclusive nos seus aspectos opostos à democracia, devido à suposta imaturidade do povo da América espanhola.² Da leitura do texto surge um Bolívar que possuía uma visão histórica e política ampla e abrangente do destino das Américas, não acreditava na sua futura unidade e, sobretudo, que carecia de qualquer estratégia política para realizá-la: "*Las provincias americanas se hallan lidiando por emanciparse; al fin obtendrán el suceso; algunas se constituirán de un modo regular en repúblicas federales y centrales; se fundarán monarquías casi inevitablemente en las grandes secciones, y algunas serán tan infelices que devorarán sus elementos, ya en la actual, ya en las futuras revoluciones; que una gran monarquía no será facil consolidar; una gran república imposible. Es una idea grandiosa pretender formar de todo el mundo nuevo una sola nación con un solo vínculo que ligue sus partes entre sí y con el todo. Ya que tiene un origen, una lengua, unas costumbres y una religión, debería por consiguiente tener un solo gobierno que confederase los diferentes Estados que hayan de formarse; mas no es posible porque climas remotos, situaciones diversas, intereses opuestos, caracteres desemejantes, dividen a la América. ¡Qué bello sería que el Istmo de Panamá fuese para nosotros lo que el de Corinto para los griegos!*"

A frustração bolivariana começou na sua própria "casa". Colômbia, que começou sua vida republicana com o nome de *Nova Granada*, foi o produto de um longo e paciente trabalho desenvolvido por um amigo dos ingleses e norte-americanos: Francisco de Paula Santander, cujo papel foi retratado por Gabriel García Márquez em sua novela *O general em seu labirinto*. Santander aglutinou o mais retrógrado da nobreza *mantuana*,³ para opor-se a Bolívar. Em 1824, enquanto o *Libertador* organizava as batalhas finais contra Espanha em Junín e Ayacucho, Santander manobrava no Senado para retirar de Bolívar as faculdades extraordinárias do chefe militar em campanha. Quando Bolívar convocou o Congresso Anfictiônico do Panamá, Santander começou suas manobras de desestabilização. Partidários de Santander provavelmente forjaram uma conjura para assassinar o *Libertador*. Bolívar, que sabia da deslealdade de seu vice-presidente, escreveu ao general Soublette: "Já não podendo mais suportar a pérfida ingratidão de Santander, hoje lhe escrevi para que não me escrevesse mais, porque não quero lhe responder nem dar-lhe o título de amigo". Santander, logo depois morte do *Libertador*, escreveu: "Com que sentido morreu ao final don Simón? O tempo nos dirá se sua morte foi ou não útil para a paz e a liberdade. Tenho comigo que foi não apenas útil como necessária".⁴

As peripécias do "Congresso Anfictiônico" de Panamá evidenciaram as dificuldades e contradições insuperáveis do projeto bolivariano. Depois da vitória de Ayacucho, Bolívar enviou convites aos governos americanos para reunir seus deputados em um congresso, para o qual oferecia como sede a cidade de Panamá "colocada como está no centro do globo, vendo por um lado a Ásia, e pelo outro a África e a Europa". Bolívar propunha quatro questões para o Congresso: estabelecer uma política externa comum, constituir um grande exército para a defesa comum e criar uma confederação de nações americanas. Os convites enviados por Bolívar excluíram o Paraguai - país isolado na sua tentativa de desenvolvimento autônomo -, o Haiti, uma "república negra" que era considerada um potencial mau exemplo para os negros

² Simon Bolívar. *L'Unité Impossible*. Textes choisis et présentés par Charles Minguet et Annie Morvan. Paris, François Maspéro, 1983.

³ As mulheres das castas aristocráticas eram as únicas, nas atuais Venezuela e Colômbia, que podiam usar mantos longos: daí o nome de "mantuanas".

⁴ Francisco de Paula Santander. *Cartas y Mensajes de Santander*. Bogotá, Academia Colombiana de Historia, 1955, Tomo VIII, p. 116.

dos outros países americanos, e as Províncias Unidas do Sul (a Argentina) devido a força que nestas últimas possuía o “partido da independência”.

O Brasil, apesar de ser um império - não uma república - foi também convidado, embora finalmente não assistisse; também não assistiu o Chile, no limiar de uma guerra civil. Os governos desses dois países designaram finalmente delegados, mas quando isto aconteceu já fazia tempo que o Congresso cessara de funcionar. Bolívia, governada pelo marechal Sucre, enviou representantes, mas estes não chegaram em tempo. Assistiram em definitiva ao Congresso só os representantes colombianos, peruanos, mexicanos e centro-americanos. Também convidou Bolívar representantes dos Estados Unidos, da Inglaterra e dos Países Baixos, que tinham colônias na América: já entrara em crise a relação entre Inglaterra e as demais potências europeias.

A convocação bolivariana era, simultaneamente, unificadora e conciliadora com as potências internacionais. Era propósito de Inglaterra fechar os caminhos para uma eventual reestruturação do domínio hispânico na América; meses antes do Congresso, em finais de 1824, a Inglaterra dera o golpe de graça às aspirações espanholas - respaldadas pelas demais potências absolutistas - ao reconhecer a independência do México e da Colômbia. Solucionado esse problema, iniciava-se a disputa entre Inglaterra e outro incipiente aspirante a tutor das nações hispano-americanas: os Estados Unidos. Este país havia proclamado, em 1823, a "Doutrina Monroe", que rejeitava a intervenção de qualquer estado europeu na América; essa política, porém, encontrava reticências nos EUA, pois significava comprometer militarmente o jovem país nos problemas das jovens repúblicas do Sul: o presidente John Adams encontrou no Senado uma forte oposição ao seu projeto de enviar deputados a Panamá. Finalmente Adams conseguiu a autorização, mas os dois enviados dos EUA nunca chegaram; um deles morreu em Cartagena, vítima de uma febre tropical, o outro chegou quando o Congresso finalizava. Inglaterra, por sua vez, enviou um delegado, o ministro Dawkinson, com instruções de sondar o ambiente no relativo à situação dos Estados Unidos, insinuando eventualmente que Inglaterra estava disposta a apoiar uma ação comum dos novos Estados americanos para libertar Cuba e Porto Rico do domínio espanhol, sabendo que os Estados Unidos não acompanhariam essa ação.

A 22 de junho de 1826 inaugurou-se o Congresso, em Panamá: os oito deputados e três secretários se reuniram em um dos salões do Convento de Panamá, situado frente ao Pacífico. Além do clima, difícil de suportar, a localização geográfica era desfavorável: Pedro Gual, delegado colombiano, demorara dois meses e meio para chegar desde Bogotá (a inauguração do Congresso tinha sido fixada para outubro de 1825). O delegado inglês Dawkinson tinha ido para ganhar “amigos” para o seu país entre as nações hispano-americanas, e para deslocar os Estados Unidos de uma possível área de influência e expansão. Agiu com muito tato, disse a cada um o que esperava ouvir e, embora não pudesse impor seus pontos de vista a respeito da legislação marítima - um tema fundamental para a Grã-Bretanha - pelo menos conseguiu que nada de concreto saísse do Congresso. Quando a 15 de julho firmou-se o tratado final, o colombiano Pedro Gual passou a Dawkinson a redação preliminar, ainda secreta, para que a comentasse. Dawkinson ficou satisfeito porque, em virtude das cláusulas referidas à Espanha, Estados Unidos não poderia assiná-lo, pois tencionava manter boas relações com a península ibérica.

Os resultados finais do tratado foram muito fracos. Os assuntos econômicos foram contornados, não se falou da paz com a Espanha, nem da libertação de Cuba e Porto Rico; tampouco se sancionou a arbitragem obrigatória para as disputas internacionais. Só conseguiu-se dar caráter multilateral aos acordos bilaterais firmados quatro anos antes, mas sem avançar para uma real unidade latino-americana. No máximo anunciou-se o propósito de "cooperar para a completa abolição do tráfico de escravos da África". Apenas assinado o tratado, os deputados se despediram; coincidiram em tornar a reunir-se em Tacubaya, México, mas poucos dos presentes se deslocaram; Dawkinson retornou para Londres. Vidaurre, o peruano, não conseguiu chegar

de volta ao seu país devido à guerra peruano-colombiana (o governador colombiano Carrillo não o deixou passar): “Exceto a Colômbia, nenhum dos países aprovou os tratados, selando assim o destino do primeiro ensaio de integração latino-americano”. Depois de Panamá, os delegados de Colômbia, Centro América e México celebraram finalmente uma única reunião, em outubro de 1828, à qual se somou, tardiamente, o delegado norte-americano, chegando à conclusão de que, tendo sido aprovados os acordos de Panamá só pelo governo da Colômbia, não fazia sentido continuar a reunir-se. A tentativa de retomada do ideal anfitrião pelo México, em 1830, só teve resposta “entusiasmada nos casos de Bolívia e Uruguai, os demais países reagiram de maneira tardia e cautelosa”.⁵

A primeira tentativa de união latino-americana concluiu, desse modo, sem nenhum resultado prático. Pouco depois escrevia Bolívar ao general Páez: "O Congresso de Panamá, que deveria ser uma instituição admirável, se tivesse mais eficácia, se assemelha àquele louco grego que pretendia dirigir desde um rochedo os barcos que navegavam. Seu poder será uma sombra, e seus decretos serão meros conselhos". A nova elite política fracassara na tarefa de deitar as bases de uma grande nação. A divisão da Grã Colômbia antecipou o fracasso de outras tentativas unificadoras e a crise final dos projetos bolivarianos. Quando Bolívar chegou a Bogotá em 1826, depois de uma fria recepção, inteirou-se de que na Venezuela o general Páez se rebelara: Bolívar viajou imediatamente, chegando a um acordo com o caudilho, e entrando triunfante, mais uma vez, a última, em Caracas. Mas também havia explodido no Peru uma revolta localista, apoiada pelas tropas colombianas estacionadas na região. Suprimiu-se o regime presidencial vitalício, e foi escolhido para a presidência um inimigo de Bolívar, o general La Mar. A deterioração da figura política do *Libertador* parecia inevitável. O general Sucre foi deposto na Bolívia, e uma guerra fronteiriça entre Colômbia e o Peru culminou com a separação definitiva de ambos os países.

Na própria Colômbia, em finais de 1829, estalou uma revolta, no Sul, com seu centro em Popayán e, pouco depois, Páez proclamou na Venezuela a secessão do país. Meses mais tarde explodiu em Quito, Equador, um movimento semelhante. A Grã Colômbia dissolveu-se de vez, Bolívar renunciou definitivamente a seus cargos. No relato de Karl Marx: “O Senado da Colômbia apoiou Bolívar, porém novas insurreições estouraram em diversos lugares. Após demitir-se pela quinta vez, em janeiro de 1830, Bolívar aceitou de novo a presidência e abandonou Bogotá para guerrear contra Páez em nome do congresso colombiano. Em fins de março de 1830 avançou à frente de 8.000 homens, tomou Caracuta, que havia se sublevado, e se dirigiu até a província de Maracaibo, onde Páez o esperava com 12.000 homens fortemente posicionados. Assim que Bolívar soube que Páez projetava combater seriamente, fraquejou. Por um momento, inclusive, pensou em submeter-se a Páez e pronunciar-se contra o Congresso. Porém decresceu a ascendência de seus partidários e Bolívar se viu obrigado a apresentar sua demissão, já que se lhe deu a entender que desta vez teria que manter sua palavra e que, com a condição de que se retirasse para o estrangeiro, ser-lhe-ia concedida uma pensão anual. Em 27 de abril de 1830, por conseguinte, apresentou sua renúncia ao Congresso. Com a esperança, porém, de recuperar o poder graças à influência de seus adeptos, e devido ao fato de que já se iniciara um movimento de reação contra Joaquim Mosquera, o novo presidente da Colômbia, Bolívar foi postergando sua partida de Bogotá e arrumou um jeito de prolongar sua estada em San Pedro até fins de 1830, momento em que faleceu repentinamente”.

Karl Marx fez, em um verbete enciclopédico, um retrato totalmente desfavorável de Bolívar. O texto foi conhecido na América Latina em 1935, quando foi publicado na revista *Dialéctica*, de Buenos Aires. Para Marx, os projetos continentais de Bolívar não passavam de “fraseologia vazia”, o Código Bolivariano não teria sido mais que uma imitação do código civil napoleônico (o próprio Bolívar, como chefe militar, teria merecido o apelido de “Napoleão das retiradas”), a

⁵ Germán A. de la Reza. *A Invenção da Paz*. Da República Cristã do Duque de Sully à Federação das Nações de Simón Bolívar. São Paulo, Humanitas, 2015, pp. 113 e 133.

aspiração última de Bolívar fora, na verdade, a de unir toda América “em uma república federal da qual ele seria o ditador”. Aníbal Ponce, na sua introdução ao texto, sublinhou que as afirmações de Marx estavam confirmadas pelos biógrafos defensores de Bolívar, embora também se referisse “à situação excepcional que dava ao biógrafo [Marx] sua qualidade de alheio ao ambiente americano”.⁶

O retrato de Marx apresenta um Bolívar sem contradições, apenas animado pela ambição de poder, e destacado do contraditório panorama da crise mundial que provocou a independência ibero-americana. Abunda em descrições desfavoráveis ao líder da independência, descrito como “personagem medíocre e grotesco”, covarde, incapaz de qualquer iniciativa de maior alento, péssimo estrategista, atribuindo a condução das guerras de independência aos militares estrangeiros ao seu serviço. Bolívar era tratado quase como personagem de opereta: “*Como a maioria de seus compatriotas* (sic!) era incapaz de todo esforço de longo prazo e sua ditadura degenerou rapidamente em uma anarquia militar na qual os assuntos mais importantes ficavam nas mãos de favoritos que arruinavam as finanças públicas e logo recorriam a meios odiosos para reorganizá-las”.

O artigo original de Marx foi publicado no tomo III de *The New American Cyclopaedia*, tendo sido escrito em janeiro de 1858. Marx admitiu, numa carta a Engels, que havia saído um pouco do tom enciclopédico, mas que seria ultrapassar os limites querer apresentar como equivalente a Napoleão Bonaparte “o mais covarde, brutal e miserável dos canalhas”. José Aricó situou a “unilateralidade” de Marx no contexto da noção de “povos sem história”, segundo ele implicitamente usada por Marx para os povos sul-americanos.⁷ O autor sustentou que não caberia aceitar que Marx escreveu pouco - por falta de conhecimento ou de interesse - sobre a América Latina devido a uma visão eurocêntrica. O conhecimento de Marx sobre a América Latina fica evidente em uma série de textos.⁸ Aricó partiu da premissa de que Marx teve dificuldades de abandonar por completo sua herança hegeliana. Para Hegel, a América não tinha um lugar autônomo na história universal do espírito humano. Aricó buscou mostrar que foi o exacerbado antibonapartismo de Marx o que provocou a rejeição de Bolívar, depois que Marx estabeleceu uma identificação das repúblicas latino-americanas com o projeto bonapartista. Isto teria conduzido Marx a menosprezar a dinâmica histórica própria das sociedades latino-americanas: a América Latina era uma multiplicação de Estados débeis, manejados por restritas oligarquias carentes de espírito nacional, ou por caudilhos, geralmente militares, incapazes de impedir a fragmentação territorial e de assegurar a presença de um poder nacional, a não ser através de ferozes ditaduras, quase sempre efêmeras.

A América Latina era composta por países frágeis, sujeitos à dominação econômica externa. As formações nacionais se apresentavam como construções estatais impostas sobre um vazio institucional e sobre a ausência de uma vontade popular expressa, incapazes de se constituírem devido à falta de consistência do tecido social. A independência política não havia trazido a renovação social, reforçando a presença de uma classe dirigente cada vez mais inclinada a identificar a nação com o Estado e a incapacidade manifesta das classes populares de serem portadoras de um projeto de regeneração social.⁹ América Latina se apresentava como a

⁶ Aníbal Ponce. Comentaríos marginales. In: Karl Marx. *Simón Bolívar*. Buenos Aires, Rafael Cedeño, 1987, p. 43.

⁷ Roman Rosdolsky. *Friedrich Engels y el Problema de los “Pueblos sin Historia”*. México, Siglo XXI-Pasado y Presente, 1980.

⁸ Karl Marx & Friedrich Engels. *Materiales para la Historia de América Latina*. Córdoba, Pasado y Presente, 1974; José Aricó. *Marx e a América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

⁹ Segundo Shumway (*La Invención de la Argentina*. Buenos Aires, Emecé, 2013), “o reflexo político do localismo foi o governo, mais do que de uma instituição, de um indivíduo carismático, o caudilho, que materializava os valores culturais da tradição. Em um governo personalista, o caudilho se torna símbolo

potenciação, sem contrapartida, do bonapartismo e da reação europeia. A crítica severa que Marx fez a Bolívar passava por seu repúdio às suas posições autoritárias, como a de que o Estado deveria organizar a sociedade. A aversão de Marx à figura do líder da independência foi devida, segundo Aricó, à sua incapacidade de ver no processo histórico latino-americano a presença de uma luta de classes que fosse expressão do movimento real das forças sociais; sua visão privilegiava o caráter arbitrário e irracional do processo latino-americano - não teria sido capaz de compreender as outras dimensões presentes. A noção de "povos sem história", no entanto, não aparece no artigo de Marx.

O Bolívar de Marx era o herdeiro arbitrário e despótico da tradição político-estatal europeia do Antigo Regime. Haveria uma "incapacidade congênita" do estado bolivariano de ordenar o mundo da sociedade civil: o caráter essencialmente estatal de suas formações nacionais, o prematuro isolamento ou destruição de processos com mobilização de massas, foram elementos que fizeram com que ele olhasse para a América Latina como um continente singular.¹⁰ A questão do bonapartismo ou do monarquismo sul-americano deve ser precisada: "No caso da América Latina, as tendências ao bonapartismo não foram produto de um Termidor que buscasse encerrar uma experiência revolucionária burguesa histórica, consolidando o advento de um novo regime social. Trata-se de um Termidor sem revolução burguesa, a expressão da regressão do processo revolucionário aberto com a revolução na Espanha (1808) e nas suas colônias (1809-1811), regressão alentada pelas metrópoles de Europa e da América do Norte. Grã-Bretanha, a potência que com maior audácia interveio diante dos movimentos pela independência, desenvolveu uma estratégia baseada em que a emancipação da América espanhola poderia ser um risco grave se produzisse uma afirmação do sistema republicano... Essa política combinou-se com a neutralidade dos EUA, orientada para a coexistência com Espanha e com a Santa Aliança. O ângulo de Marx nos seus escritos sobre América Latina é a defesa dos processos de independência nacional, no sentido em que as questões nacionais não resolvidas e a opressão nacional significam bloqueios ao desenvolvimento das forças produtivas e da democracia, o livre desenvolvimento da luta de classes".¹¹

Jorge Abelardo Ramos sustentou que a história e a economia precedentes possibilitavam a unificação do "continente latino-americano" (sic), depois das independências, assim como que sua indústria artesanal "tendia a criar um estado histórica e economicamente nacional".¹² As colônias americanas tinham em comum estar subordinadas a uma mesma monarquia e ter uma língua (oficial) e uma religião em comum, mas não existia unidade econômica nem unidade administrativa. Por isso fracassaram as tentativas de unificação no século da independência: as forças dispersivas eram muito mais fortes e prementes que as forças que impulsionavam a unidade. Os interesses mais sólidos não se orientavam para o mercado interno, mas para o mercado mundial, e as classes com interesses no mercado interno eram pequenos produtores, destinados a desaparecer frente à concorrência das indústrias europeias. Espanha mantinha as regiões unificadas burocraticamente, sem entrelaçamento de interesses econômicos. A unificação política de regiões entre as quais existia certa complementaridade econômica, servia para dissociar a unidade real baseada no intercâmbio pela fictícia unidade burocrática.

visível de autoridade e proteção, o que reproduz em menor escala os símbolos patriarcais do rei e do sacerdote, com os que as massas populares já estavam familiarizadas".

¹⁰ Maria Lygia Prado. Marx e a América Latina. In: Osvaldo Coggiola (org.). *Marx & Engels na História*. São Paulo, Humanitas, 1996.

¹¹ Christian Rath. Marx sobre Bolívar. *En Defensa del Marxismo* n° 39, Buenos Aires, agosto-setembro 2010.

¹² Jorge Abelardo Ramos. *América Latina: un País*. Su historia, su economía, su revolución. Buenos Aires, Octubre, 1949, pp. 49 e 68; *Historia de la Nación Latinoamericana*. Buenos Aires, Peña Lillo, 1968.

A independência política da América Latina chegou precisamente quando o desenvolvimento colonial não tinha mais nada a oferecer. Os projetos mais fortes para a unidade de regiões que logo iriam a se dividir, foram os que propiciavam coroar monarquias, com alguma figura de origem europeu ou mesmo inca, promovidos por vários líderes da independência; eles não poderiam ser simplesmente julgados a partir de uma abstrata razão democrática universal: "A monarquia de foi fato reacionária quando a burguesia madurou o suficiente e teve forças como para guiar à nação para a conquista da república democrática. Mas numa etapa anterior do desenvolvimento histórico a monarquia absoluta foi um importante passo à frente na constituição da nação moderna, superando o isolamento medieval de feudos e cidades. América Latina ao sair da colônia achava-se precisamente nesse estado de desagregação. De ter prosperado os projetos monarquistas - qualquer que fosse a intensidade do não dissimulado desprezo que seus propugnadores sentiam pelas massas populares - haver-se-ia conseguido formar na América Latina vários estados poderosos, dentro de cujas fronteiras a luta pelas conquistas democráticas haveria acontecido num plano infinitamente mais favorável para as massas".

A tese de que só na escala de uma nação latino-americana América Latina poderia ter se firmado como uma sociedade independente tropeça na ausência de um esboço de desenvolvimento econômico comum, com alguma tendência para um mercado nacional, que existia nas colônias inglesas do norte do território americano controlado por Inglaterra: "Ninguém pode dizer seriamente que a América colonial fosse uma grande nação latino-americana, pois seria o mesmo que dizer que a Índia e a América do Norte eram uma nação só, pois ambas pertenciam à Coroa britânica. As colônias americanas da Espanha tinham em comum o fato de pertencerem à mesma monarquia, e possuírem uma língua e uma religião comuns. Mas não existia unidade econômica - base substancial da nação, sem a qual a língua e outros elementos subjetivos são impotentes - e nem sequer unidade administrativa. A 'unidade existente no Império hispano-americano era, do ponto de vista da unidade nacional, praticamente nula. A Espanha não conseguiu fundar um governo só, nas suas colônias americanas, nem fazer delas um só vice-reinado, pois a enorme extensão e variedade do território impediu-a de fazê-lo".¹³

"No início dos movimentos da independência na América Latina, predominava no plano político o sentimento de espanhol americano, não o correspondente a alguma das futuras nações. Esse sentimento americano entrou rapidamente em declínio, pela impossibilidade de se construir um organismo político das dimensões do continente ou da América do Sul. Paralelamente, começaram a circular projetos de unidades políticas menores, que derivariam nas futuras nações latino-americanas".¹⁴ A configuração das nacionalidades na América Latina foi *resultado*, e não *fundamento* dos movimentos independentistas. Foi só depois da independência que autores como o peruano José Manuel Dávalos, o chileno Manuel de Sales, ou o colombiano Francisco José de Caldas, defenderam uma vaga "nacionalidade americana" baseada na vastidão do território e de suas riquezas naturais, e condenaram o saque e a exploração dos povos originários por parte dos colonizadores; contrapondo-se às teses da "inferioridade americana", expostas por cientistas europeus como Buffon ou De Pauw, contrapondo-lhes a grandeza do hemisfério ocidental para a humanidade.

A fragmentação da América espanhola não se limitou à não constituição de uma ou duas grandes nações do México até a Argentina. As unidades nacionais projetadas durante a luta pela independência - a Federação Centro-americana, a Grã Colômbia de Bolívar, a Confederação Peruano-Boliviana, as Províncias Unidas da Argentina e do Uruguai - também se dividiram. A

¹³ Milciades Peña. *El Paraíso Terrateniente*. Buenos Aires, Ediciones Fichas, 1972, pp. 7-13.

¹⁴ José Carlos Chiaramonte. Em torno de la identidad nacional: elogio de la diversidad. *Encrucijadas* n° 15, Buenos Aires, UBA, janeiro 2002; Francisco José Lyra Silva. Natureza e identidade nacional na América nos séculos XVIII e XIX. *Múltipla* n° 9, Brasília, UPIS, dezembro 2000.

tendência para a constituição de grandes unidades nacionais foi vencida durante e após a luta pela independência: a ausência de base econômica não era tudo, pois se existisse o projeto histórico, e a liderança disposta a executá-lo, esta poderia, em tese, impô-lo “jacobinamente”. Essa liderança inexistia: “O Senado hereditário, proposto por Bolívar em Angostura, era uma variante de uma monarquia malograda, em parte pela reação democrática das massas que tinham aderido à monarquia espanhola, mas rejeitavam rezeiros americanos ou estrangeiros ilegítimos. Em Bolívar, como na maioria dos heróis da independência, o espírito monárquico espanhol, sem mudar sua essência, assumiu as vestes terrenas do republicanismo autoritário. Mas mudar o nome não é mudar a coisa... Na América, o liberalismo antiabsolutista se transformou no poder político de uma aristocracia autóctone. Em Bolívar, essa consciência aristocrática é inflexível. Não é Bolívar quem fala, mas a classe social à qual pertence”.¹⁵ Que falou, entre outros, através de Bolívar.

A liderança político-militar da independência latino-americana sofria das limitações da aristocracia *criolla*, ainda que estivesse um passo à frente daquela: manifestou-se incapaz de apoiar-se em outras classes sociais, que em diversos momentos da guerra pela independência tentaram dar-lhe um conteúdo social, a “república negra” de Haiti, o México indígena de 1810, o Paraguai ou o Uruguai de Artigas. A ideia da unidade política da América Latina havia surgido de um “espírito da época”: “Bolívar, Sucre, San Martín, lutaram não apenas por suas próprias províncias nativas mas percorrendo todo um continente, para emancipar terras distantes ou vizinhas, num espírito de fraternidade regional. O ciclo de lutas hispano-americanas estendeu-se até a terceira década do século XIX. A esta altura, na própria Europa o patriotismo e cosmopolitismo de cunho iluminista já haviam se exaurido pela corrupção de seus ideais durante a expansão militar napoleônica”.¹⁶

A tendência para a fragmentação política se impôs: “Não fracassaram os planos de Bolívar simplesmente porque não contaram com uma poderosa classe social que os assumisse, mas porque, não existindo tal classe, as forças sociais que se aglutinavam em torno do projeto bolivariano, e que deveriam ter preenchido essa ausência, careciam de suficiente vontade revolucionária para fazer avançar o processo até onde se tornasse impossível um provável retorno à situação anterior. Tornou-se irrealizável pela própria debilidade das forças que deveriam encarná-lo, e pelo profundo temor que sentiam ante a violência destrutiva das massas populares. A lembrança traumatizante das rebeliões da época colonial, a reação conservadora e realista provocada na elite *criolla* pela ameaçadora presença de massas dispostas a serem agitadas por qualquer demagogo, e lançadas contra os centros da ordem, da cultura e das finanças, corroíam o jacobinismo que caracterizou os mais radicais representantes do movimento revolucionário. A perspectiva de fazer depender do aprofundamento da mobilização popular o triunfo da nova ordem, era temida não só pelos indivíduos de mentalidade conservadora, mas também por muitos de formação liberal, como Bolívar, que viam que a massa popular tinha mais capacidade destrutiva que construtiva”.¹⁷

A “falta de vontade revolucionária” remete à ausência de uma classe revolucionária, capaz não só de opor revolucionariamente seus interesses ao antigo regime, mas também de modelar uma nova sociedade. As burguesias francesa e inglesa realizaram as suas revoluções não diretamente, mas através das ditaduras revolucionárias de Oliver Cromwell e dos jacobinos. Eles exprimiram a vontade da burguesia de mobilizar a nação para varrer com o Antigo Regime em todos os planos (não para beneficiar as massas populares): “As Revoluções Francesa e Americana ocorreram em um mundo anterior à Revolução Industrial; um mundo em que o

¹⁵ Juan José Hernández Arregui. *¿Qué es el Ser Nacional?* La conciencia histórica iberoamericana. Buenos Aires, Plus Ultra, 1973, pp. 76-77.

¹⁶ Perry Anderson. Internationalism: a breviary. *New Left Review* n° 14, Londres, março-abril 2002.

¹⁷ José Aricó. *Op. Cit.*

capital continuava a ser basicamente comercial ou agrário. Por este motivo apenas, as elites de cada setor eram capazes de mobilizar produtores diretos na cidade ou no campo, isto é, as massas populares compostas principalmente de artesão ou agricultores. Ainda não havia, enquanto fato social geral, aquele abismo social entre fabricantes e trabalhadores mais tarde aberto pelas indústrias. Uma única categoria podia abarcar tudo, classes altas e subordinadas, o patriotismo. Militantes nas lutas dos futuros Estados Unidos e da França se denominavam ‘patriotas’, um termo inspirado pelas imagens e lendas das repúblicas da Antiguidade clássica: Atenas, Esparta, Roma”.¹⁸

Houve, na América Latina, ausência de uma burguesia interessada em dar fim às formas pré-capitalistas de exploração do trabalho e ao latifúndio, desenvolvendo a indústria e criando um amplo mercado interno: a revolução democrática realizou-se de maneira incompleta. Os líderes revolucionários traduziram, no seu drama e contradições, a impotência da burguesia *criolla*. Francisco de Miranda, o precursor da independência, disse, diante da revolta negra e escrava do Haiti e das rebeliões camponesas: "Melhor seria que as colônias ficassem mais um século sob a opressão bárbara e vergonhosa da Espanha".¹⁹ Bolívar, mais ousado que seu mentor, herdou dele o medo à “revolução das cores” (preta, mulata e mestiça): "O medo que da emancipação dos escravos nascesse um Haiti continental paralisou a maioria da oposição *criolla*".²⁰ Prevaleram os interesses localistas da aristocracia *criolla*, voltados para a monocultura agrário-mineira primária exportadora e sem interesse na constituição de fortes unidades nacionais baseadas no mercado interno (como era o caso da burguesia nortista nos EUA).

A fragmentação política foi um fator de crise das novas nações. Era do interesse dos novos senhores do mercado mundial, como já ocorrera no passado, obter dinheiro líquido, e não simplesmente produtos. Ora, a fragmentação do antigo império colonial isolava regiões inteiras de suas fontes de metal precioso (esse foi, por exemplo, o caso do Rio da Prata, privado de quase todo metal circulante durante quase quinze anos, logo depois da independência das “Províncias Unidas do Sul”). Também nas zonas de produção, o ritmo de exportação era mais rápido do que o ciclo produtivo, o que só podia levar ao mesmo resultado: assim ocorreu no Chile depois da independência do país. O novo Estado, produtor de prata e de ouro, não conseguia conservar o volume de dinheiro líquido de que necessitava para seu comércio interno. Em abril de 1830, em Lircay, na zona central do país, houve a última batalha da guerra civil iniciada em 1829 entre “liberais” e “conservadores”, cujo resultado condicionou a construção do Estado nacional chileno e da ordem conservadora sob a ditadura de Portales.²¹

Nos outros países a “anarquia” interna foi mais duradoura. Os países latino-americanos fracassariam na tentativa de desenvolver economias capitalistas: emergiram de um processo de rápida independência, em comparação com Ásia e África, mas tiveram acesso tarde demais aos métodos da acumulação primitiva de capital e a massas de trabalhadores livres – precondições para o desenvolvimento capitalista e da classe burguesa. A ausência de uma “burguesia empreendedora” foi sua consequência. A contraposição de vaidosos fidalgos ibéricos no Peru ou México dilapidando ouro e prata em luxos em contraste com os austeros e laboriosos colonizadores anglo-saxões é muito questionável. Um observador (D. A. Brading) sustentou que poço diferenciava a cidade do México no século XVIII de Boston na época. As oficinas têxteis da cidade do México, capitalizadas pelos lucros da atividade mineira eram mais avançadas que as de Boston. Os espanhóis e seus descendentes *criollos* teriam sido capazes de impulsionar o desenvolvimento capitalista apesar de não professar a doutrina protestante. A divisão (ou

¹⁸ Perry Anderson. *Op. Cit.*

¹⁹ Simón Bolívar. Carta a Turnbull, 12 de janeiro de 1798.

²⁰ Manfred Kossok. El contenido burgués de las revoluciones de independencia en América Latina. *Historia y Sociedad* n° 4, México, 1974.

²¹ Julio Pinto e Verónica Valdivia. *¿Chilenos Todos?* Santiago de Chile, LOM, 2009.

“balcanização”) da América Latina se alicerçou nas limitações da aristocracia *criolla*. A nacionalização da renda oriunda das exportações, o fim da exploração colonial, favoreciam o desenvolvimento de uma sociedade independente, mas não impediram a dependência econômica: "Sob muitos aspectos, a Inglaterra é a herdeira de Espanha, e desfruta de uma situação de monopólio, defendida mais por meios econômicos que jurídicos, mas que se efetiva muito facilmente na prática, ao obter o melhor e os maiores lucros de um tráfico marítimo mantido a nível relativamente estável. A América espanhola de 1825 não é igual àquela anterior a 1810, a expansão do comércio ultramarino promoveu o consumo, e a indústria exterior infligiu graves golpes ao artesanato local".

Do ponto de vista econômico, houve continuidade entre o período da exploração colonial do continente e sua fase independente. Dos metais, seguiu-se à exploração agrícola e pecuária por meio da qual cada país, articulando-se com o sistema econômico internacional, se identificou com um determinado produto na escala comercial. A América Central se especializou no fornecimento de frutas tropicais; o Equador, bananas; Brasil e Colômbia, café; Cuba e Caribe, açúcar; Venezuela, cacau; Argentina e Uruguai, carne e lã; a Bolívia tornou-se país fornecedor de estanho e o Peru de peixe. A crise econômica e financeira acirrou as disputas internas, o que facilitou a intervenção, não da exaurida Espanha, mas da dinâmica Inglaterra, na conformação do mapa político da América Latina: “A aspiração da Grã-Bretanha não era obter um domínio político direto, que implicaria em despesas administrativas e a comprometeria nas violentas lutas das facções locais. Ao contrário: propõe-se deixar em mãos dos americanos, juntamente com a produção e boa parte do comércio local, as honras e os ônus de governar aquelas vastas extensões de terras. Tudo isso não quer dizer falta de pontos de vista bem claros e firmes, nem timidez na imposição da sua vontade”.²²

Inglaterra compreendeu cedo que as mudanças introduzidas pelas revoluções da independência eram irreversíveis e se dispôs a impor seus interesses econômicos adaptando-os à nova situação, afastando seus rivais ou concorrentes europeus. A "energia" inglesa foi necessária quando se tratou de se opor à constituição de unidades nacionais fortes. Foi o caso da separação do Uruguai da Argentina por ocasião da Guerra Cisplatina (1828) entre Argentina e Brasil: Inglaterra impôs uma solução apoiando a constituição de um Estado-tampão, que retirava ao governo de Buenos Aires o controle político do sistema fluvial mais importante da América do Sul. Em 1810 o Uruguai não existia: foi a solidariedade com a *Revolución de la Junta de Mayo*, quando ela se abriu para as províncias do vice-reinado, em finais de 1810, transformando-se na "Junta Grande", que iniciou sua libertação da Espanha.

Artigas foi a Buenos Aires, e voltou apoiado pelas tropas da Junta, sitiando Montevidéu. Havia três jurisdições distintas no território do Uruguai: a *gobernación* de Montevidéu e seus arredores; a da maior parte do Río Negro – desde Rocha até a Colônia – que se encontrava na jurisdição de Buenos Aires, e uma terceira do Rio Negro até Yapeyú. No processo revolucionário, entre 1811 e 1813, Artigas reuniu essas três partes e fundou a Província Oriental, que nasceu junto com outras províncias fundadas entre maio de 1810 e a Assembleia Constituinte de 1813. Os *Treinta y Tres Orientales* de Lavalleja, depois, vieram libertar à Província Oriental: Lavalleja era o “chefe dos exércitos argentinos do Rio da Prata”. Os “uruguaios” eram os "argentinos orientais", como afirmava Lavalleja. Em 1828, com o Tratado de Paz entre Argentina e Brasil, sob a mediação diplomática inglesa, foi criado o Estado de Montevidéu, sobre cuja base nasceu o Uruguai. Depois disso, por duas vezes (em 1838 e 1846) a frota inglesa bloqueou Buenos Aires para impor seus pontos de vista (no que fracassou, devido à resistência argentina).

Andrés Santa Cruz, filho de um oficial realista e de uma indígena, destacado chefe do exército de Bolívar, tentou dar continuidade ao projeto unificador como encarregado do governo do Peru, depois que o *Libertador* abandonara Lima. Posteriormente assumiu também o governo da

²² Tulio Halperin Donghi. *Historia Contemporánea de América Latina*. Madri, Alianza, 1976.

Bolívia, tentando resolver os conflitos criados depois da renúncia de Sucre. Em 1836, Santa Cruz reuniu-se com o presidente peruano Luis José de Orbegoso assinando um tratado de união entre Bolívia e Peru. Sua capital foi Tacna. Santa Cruz assumiu o governo do novo país se tornando Supremo Protetor e ditando um Código Civil e um Código Penal, reorganizando os impostos e a arrecadação, cortando gastos. O Peru havia aumentado de 12 centavos para 3 pesos as tarifas sobre o trigo chileno; em resposta, o Chile aumentou as tarifas do açúcar peruano. O ministro chileno Diego Portales conseguiu fazer atacar a frota confederada atracada no porto de Callao a 21 de agosto de 1836. Após o bem-sucedido ataque, Santa Cruz tenta negociar, mas em vão. O presidente argentino Rosas também declarou guerra à confederação. No Chile, houve um golpe de estado apoiado por Santa Cruz, sendo Portales sequestrado e fuzilado; o presidente Prieto conseguiu debelar golpe e fuzilar os conspiradores.

O almirante chileno Manuel Blanco Encalada tentou tomar cidades confederadas, fracassando e sendo obrigado a assinar o Tratado de Paucarpata, devolvendo todos os navios capturados pelo Chile e restaurando as relações comerciais, retirando as tropas chilenas do território confederado e aceitando o pagamento de uma indenização. Em 21 de agosto de 1838, os chilenos derrotaram os confederados na batalha de Guías Portada e ocuparam Lima, que abandonaram com a chegada de um grande exército boliviano comandado por Santa Cruz. Em 12 de janeiro de 1839, o Chile enviou novamente uma nova força naval que atacou vitoriosamente a frota confederada batalha naval de Casma. Santa Cruz ocupou a cidade de Yungay, para impedir o avanço chileno. Depois de várias horas de combate os confederados foram derrotados; Santa Cruz fugiu para o Equador. Em agosto de 1839, o novo presidente peruano Agustín Gamarra decretou o fim da confederação acabando com a guerra. Gamarra invadiu a Bolívia tentando conquistá-la, mas foi derrotado em 1841, na batalha de Ingavi, onde morreu.

Em 1842, Peru e Bolívia assinaram um acordo de paz. A Confederação Peruano-Boliviana reunira Bolívia e Peru numa só nação entre 1836 e 1839. Seu fracasso foi o último ato militares de uma longa corrente de acontecimentos vinculados à ideia de manter a unidade hispano-americana: sobre seus escombros floresceram as diversas nacionalidades. A segregação do Alto Peru “cometida na indiferença dos dirigentes argentinos, rompeu o harmônico esquema geopolítico do antigo vice-reinado. Nascia um país mediterrâneo [Bolívia], isolado, escravizado a um só tipo de produção. As Províncias Unidas perdiam o complemento mineiro da sua economia. Nada disso foi compreendido nesse momento”.²³ A Confederação Peruano-Boliviana foi a última tentativa para concretizar a criação de um Estado sul-americano.

Na América Central, o processo de fragmentação política se generalizou com o intervencionismo inglês assumindo uma feição aberta. Nos últimos episódios da guerra de independência na região produziu-se uma quase fusão entre a *elite criolla* e a administração colonial: "Espanha se desembarçou da Capitania Geral de Guatemala em um dos ciclos econômicos mais críticos da região. O trânsito da Colônia à República se fez pacífica e surpreendentemente, através de uma virtual declaração formal que deixou intacta, inclusive, na pessoa física do último capitão geral e primeiro chefe do Estado independente, a estrutura administrativa da Colônia".²⁴ O processo que conduziu para a constituição de uma miríade de pequenas “repúblicas”, transformadas em ditaduras que viraram símbolos de brutal autoritarismo militar (chamadas, com ironia, de “repúblicas bananeiras”) não teve nada de um “ciclo histórico natural” ou “fatal” e menos ainda se correspondeu com um suposto “caráter nacional” de seus habitantes, já designados, em meados do século XIX, como “irresponsáveis latinos relutantes em pagar suas dívidas aos seus

²³ Ernesto J. Fitte. Después de Ayacucho: la segregación de las provincias del Alto Perú. *Todo es Historia* n° 96, Buenos Aires, maio de 1975.

²⁴ Edelberto Torres Rivas. *Historia General de Centroamérica*. Madri, Comisión Estatal para el Quinto Centenario-FLACSO-Comunidades Europeas, 1993.

credores ingleses”, pelo intendente britânico para América Central, Macdonald, ao seu superior, o chanceler Lorde Palmerston, personagem central da diplomacia secreta na Europa (e no mundo) do século XIX.²⁵

Nos últimos anos da dominação espanhola na América Central, o Vice-Reinado de Guatemala incluía as províncias de Honduras, Guatemala, Chiapas, El Salvador, Nicarágua y Costa Rica. Na cidade de Guatemala, sua capital, foi declarada a independência em setembro de 1821, e poucos meses depois, esses territórios foram incorporados ao México. Com a exceção de Chiapas e Soconusco, logo o resto das províncias se separou para formar a Federação de América Central. Existem evidências de que houve fraude na contagem dos votos no referendo convocado em Chiapas para decidir se a província permaneceria no México ou se uniria ao Estado de América Central. Em junho de 1823 foi declarada a emancipação do México, e em novembro de 1824 foi promulgada a Constituição das Províncias Unidas da América Central, com Costa Rica, Guatemala, Honduras, Nicarágua e El Salvador como seus estados integrantes. Moldada na Constituição dos EUA e da Constituição de Cádiz de 1812, ela foi resultado da conciliação de interesses divergentes com definição ambígua de alguns pontos fundamentais.

A república federal centro-americana teve curta vida: apenas um ano depois de eleito o primeiro presidente em abril de 1825, Manuel José de Arce, a guerra civil explodiu, para acabar só em 1829 com a vitória do grupo liberal encabeçado pelo general Francisco Morazán. Os liberais vitoriosos reprimiram os conservadores, expulsando o arcebispo de Guatemala, desapropriando os bens das ordens religiosas e empurrando os monges ao exílio. Morazán decidiu centralizar os recursos, como as vendas de aduana e o monopólio do tabaco, para enfrentar os problemas financeiros herdados da República Federal. As contradições entre o poder central e as regiões acabaram desatando uma nova guerra civil em 1837, agora iniciada sob a forma de uma insurreição indígena na Guatemala, dirigida (e manipulada) por interesses conservadores liderados por Rafael Carrera, e favorecida pelas brigas internas nas fileiras liberais. O conflito pôs fim à Federação, com a renúncia de Morazán em 1839 e a derrota definitiva dos liberais na batalha de Guatemala em 1840.²⁶ A instabilidade política dominante na região e a luta dos conservadores para impedir o sucesso das reformas criaram um quadro que ofereceu aos ingleses uma oportunidade para impor seus interesses, entre os quais estava já a perspectiva de construir uma passagem interoceânica para unir o Atlântico e o Pacífico. O sábio alemão Humboldt, em 1804, já fez notar a urgência de abrir uma estrada fluvial interoceânica através do Panamá - então província colombiana - ou de Nicarágua.

A presença britânica na América Central tinha crescido nas últimas décadas do período colonial espanhol com o comércio ilegal e o contrabando, principalmente na Costa Rica, controlado a partir de Belize e as colônias no Caribe.²⁷ A partir da independência, o interesse britânico respondia mais a questões estratégicas do que a um interesse econômico direto. Além da rota interoceânica, pesava a busca pelo controle dos circuitos comerciais no resto da América Latina. Havia apenas uns vinte residentes britânicos na América Central nesse período, exercendo o comércio de exportação e importação. As sucessivas colonizações europeias determinaram a existência de um tipo étnico peculiar na região: o *indirect rule*, em aliança com os indígenas, se transformou em instrumento político para consolidar a presença de Inglaterra. O modelo

²⁵ Karl Marx. *Historia de la Vida de Lord Palmerston*. Buenos Aires, Rescate, 1985 (publicado inicialmente no *New York Daily Tribune* de 1853).

²⁶ Rodrigo Facio. *Trayectoria y Crisis de la Federación Centroamericana*, San José, Imprenta Nacional, 1949; Thomas Karnes. *The Failure of Union, Central América, 1824-1960*. Chapel Hill, University of North Carolina Press, 1961; Mario Rodríguez. *Chatfield Cónsul Británico en Centroamérica*. Tegucigalpa, Banco Central de Honduras, 1970.

²⁷ Ciro F.S. Cardoso e Héctor Pérez Brignoli. *Centro América y la Economía Occidental (1520-1930)*. San José, Editorial de la Universidad de Costa Rica, 1983.

colonizador da presença inglesa no istmo centro-americano foi estratégico, como o demonstram os casos de Belize e da costa atlântica de Nicarágua, assim como de regiões do Caribe.

Chatfield, que inicialmente apostava na vitória dos unionistas, a partir de 1838 se tornou inimigo da União Centro-Americana. A organização de uma república forte poderia questionar as possessões territoriais e as pretensões inglesas na área. A missão que o *Foreign Office* britânico encarregou ao cônsul foi a de estender a influência inglesa sobre toda América Central. Chatfield substituiu Macdonald, que chegara a sequestrar o comandante nicaraguense Quijano durante um percurso pelo golfo de Mosquito. O novo cônsul soube que centro-americanos partidários da reunificação regional tinham entrado em contato com agentes dos Estados Unidos buscando ajuda para enfrentar a coroa britânica: inclusive haviam oferecido uma faixa de terra para a construção de uma futura passagem interoceânica, já sugerida por cientistas no início do século, que uniria os dois grandes mares do mundo. Chatfield inquietou-se: via a urgência de contrabalançar o “Pacto de Chinandega” que os três Estados centrais, Nicarágua, Honduras e El Salvador, haviam assinado para enfrentar a política inglesa na América Central.

Baseada no Pacto de Chinandega, de 1842, formou-se a Confederação da América Central, presidida pelo nicaraguense Frutos Chamorro: ela buscava a adesão de todos os estados e o reconhecimento da aliança pelas principais potências europeias. A Confederação fracassou em seus objetivos: os Estados enviaram delegados, mas não se comprometeram com um programa de ação em comum. A vida da Confederação foi efêmera: durou apenas pouco mais de um ano, entre 1844 e 1845. Chatfield, manobrando habilmente, atacou os estados confederados em seu elo mais fraco: Honduras, obrigando os hondurenhos a retirar-se do pacto.

Entre 1848 e 1849 foram assinados quatro tratados entre os EUA e Nicarágua, Honduras, Colômbia e um grupo de “liberais unionistas” de Guatemala. As condições eram sempre as mesmas: reconhecer direitos aos Estados Unidos sobre uma faixa de terreno para a construção do canal, em troca de apoio contra a ingerência inglesa. Em 1849, Inglaterra ocupou parte de Honduras, forçando os EUA à assinatura do Tratado Clayton-Bulwer, totalmente contrário à “Doutrina Monroe”. O Tratado EUA-Inglaterra estabeleceu o compromisso de ambas as potências de respeitar a liberdade de navegação, renunciando a qualquer aspiração de domínio absoluto sobre a futura via interoceânica, a colonizar qualquer zona da América Central e a apoiar conjuntamente a companhia que assumisse a construção.

No Caribe, Cuba, graças à composição de sua classe dominante colonial e à extraordinária prosperidade econômica proporcionada pelo açúcar, permaneceu junto a outras ilhas caribenhas como colônia espanhola depois das independências americanas, a principal posse colonial do periclitante Império Espanhol: “No processo de formação do que se chamou *cubanidad*, a primeira geração que pensou a questão em termos evolutivos, evitando um confronto que teria comprometido a prodigiosa prosperidade, foi a integrada pelos jovens que se fizeram conhecer nos anos da restauração absolutista [na Espanha] que seguiu a 1823”:²⁸ no seu esteio se recrutaram os homens que iniciariam em 1868 a guerra pela independência do país.

Na América do Sul, com a dissolução da Grã Colômbia, a Nova Granada, proclamada em 1831, se encontrou com uma economia submersa no atraso: a agricultura apresentava as mesmas formas vigentes desde o processo colonial; a indústria, a manufatura e o setor artesanal não conseguiam recuperar-se dos golpes recebidos com as reformas dos Bourbon; o comércio interno era incipiente pela ausência de vias de comunicação que integrassem o enorme país; o comércio internacional era praticamente inexistente. A tarefa que se apresentou à classe no poder era criar as condições para impulsionar o desenvolvimento econômico. O protecionismo estatal, que se praticou entre 1831 e 1845, permitiu o desenvolvimento de “algumas fábricas de

²⁸ José A. Piqueras. *Sociedad Civil y Poder en Cuba*. Colonia y poscolonia. Madri, Siglo XXI, 2005, p. 19.

louça, porcelana, papel, vidro e cristal, tecidos de algodão e inclusive substâncias químicas, como chumbo e ácido sulfúrico”.²⁹ A exploração do ouro da Antioquia, na qual se introduziram novas formas de organização do trabalho e técnicas de exploração, se mantinha como o principal produto de exportação. Com uma base econômica tão incipiente, o Estado gastava quase 50% do orçamento no pagamento da dívida externa e na manutenção do exército.

A Nova Granada proclamou-se uma nação de cidadãos, mas tinham direito ao voto apenas os homens, maiores de idade, que sabiam ler e escrever, e que dispunham de uma propriedade. O Estado era manejado por políticos conservadores que mantinham uma aliança com a Igreja Católica e os militares. Neste ambiente foi-se desenvolvendo um nacionalismo modernizador impulsionado por comerciantes, empregados públicos, artesãos, advogados e proprietários rurais de regiões postergadas, que se propunham consumir os objetivos da revolução de 1810, postergados, segundo seus ideólogos, porque os próceres da independência haviam se deixado guiar mais pela ambição de poder do que pela liberdade e seus efeitos. Então começaria “realmente a revolução que haverá de nos dar a liberdade, emancipando-nos do fanatismo, das instituições, hábitos e preocupações coloniais”.³⁰ Os artesãos se tornaram conservadores e os índios foram lançados ao “livre mercado” da força de trabalho por uma reforma “liberal” que lhes despojou de suas terras comunais. O nacionalismo anticolonial e modernizador se transformou em um projeto de elites que deixou inconclusa a tarefa de formar a nação *granadina* ou colombiana.

Na Argentina, as contradições do processo da independência tiveram desdobramentos e manifestações políticas com a luta entre os “federais” e os “unitários”, que permeou a década de 1820, conhecida como o período da “anarquia” ou das guerras civis, onde cada província, erguida sobre os núcleos urbanos, era governada por um caudilho mantido pela força, sem direitos políticos e sem vida econômica organizada. Isso durou até a imposição do governo de Juan Manuel de Rosas em Buenos Aires, em 1829, que obteve posteriormente a *Suma del Poder Público*, poderes ditatoriais: “Cada província se concentra em si mesma, quase sem comunicar-se com as demais, retrogradando para a barbárie, sem governo regularmente organizado, sem outra vontade que não as *gauchadas* de seus respectivo donos e as lanças de seus sequazes: as escolas foram fechadas, as famílias recolhem-se às paredes de suas casas, o terror pôs-se no caminho de todos, a delação constante teve por alegrias os seus agravos. A ditadura de Rosas foi um fenômeno histórico perfeitamente lógico. Foi a culminação da luta social, econômica e política entre as classes suburbanas e rurais do país, e as urbanas; entre a maioria proletária e plebeia e a minoria proprietária e 'decente'. A evolução sociológica do passado argentino começou a verificar-se nas raízes do movimento de Maio. Este, que não foi uma revolução, mas uma evolução, tendia a suplantar o governo peninsular pelo dos vizinhos 'decentes' e de prol, deixando o restante da população no mesmo estado de dantes. A faísca genial de [Mariano] Moreno produziu o incêndio:³¹ as classes deserdadas, os proletários suburbanos e rurais, que não tomavam parte nos *cabildos* abertos, agitaram-se por causas econômicas e geográficas, em razão de seus interesses locais, e levantaram-se em *montoneras* contra o regime diretorial dos governos da metrópole argentina, que continuavam considerando o país como representado somente pelos nacionais de prol, que seus *cabildos* convocavam cada vez que havia perigo ou que se tratava de eleger mandatários”.

²⁹ Hans-Joachim König. *En el Camino Hacia la Nación*. Bogotá, Banco de la República, 1988, p. 428.

³⁰ *Idem*, p. 450.

³¹ Mariano Moreno, homem da Revolução de Maio de 1810, propunha desapropriar os mineiros do Alto Peru e aos inimigos da Pátria para a industrialização nacional. Moreno afirmava que “a riqueza concentrada em poucas mãos era um obstáculo, comparando-a com águas estancas, que devem correr para que beneficiem a todos os membros da sociedade” (Ricardo Levene. *El Pensamiento Vivo de Moreno*. Buenos Aires, Losada, 1942).

A “barbárie” era produto da “civilização”, dos “homens de bem” que hegemonizaram a independência: “Os dois partidos [federais e unitários], cujos nomes não traduzem com fidelidade absoluta o problema mais discutido, e que confundirão, muitas vezes, com suas atitudes, parciais e isoladas ou gerais e extensas, a fisionomia do conjunto, lutarão sem tréguas, ora triunfando um, ora triunfando o outro, menos como partidos do que como facções a serviço de interesses quase sempre imediatistas e locais ou regionais. Quando não é possível a supremacia absoluta de uma das facções, e o enfraquecimento é geral, surge a anarquia, e o poder se dispersa e fragmenta e a nação ameaça penetrar no caos. É o domínio do caudilhismo, distribuída a autoridade, em cada região, por um chefe local, que se sobrepõe aos demais e dita as leis”.³²

O setor principal da classe dominante argentina durante o século XIX era o dos *estancieros* (fazendeiros). Desde 1820, eles estabeleceram uma aliança com o capital britânico, considerada estratégico para o objetivo de explorar o potencial das ricas terras férteis do país. Os comerciantes ingleses garantiam o acesso ao mercado mundial para os *estancieros* argentinos: Rosas surgiu como seu principal porta-voz. Diante das reformas de Bernardino Rivadavia, que assumira em 1826 como primeiro presidente da Argentina e procurara estabelecer o domínio da burguesia comercial portenha e seus sócios, Rosas apareceu como o restaurador do predomínio dos *estancieros* e das condições que permitiam o enriquecimento e consolidação dessa classe. Esse foi o sentido da sua ditadura tradicionalista, conservadora e antiestrangeira. Existiam diferentes grupos de *estancieros*: os que estavam mais perto do porto, os da Província de Buenos Aires, conseguiam manter uma posição relativamente mais independente do que o resto. Os produtores que estavam no interior do país e dependiam das ferrovias britânicas para o transporte e acesso aos mercados mundiais foram afogados.

Os britânicos buscavam abrir caminho rumo ao interior para levar seus produtos e obter matérias primas. Isso provocou choques com Rosas. Ao mesmo tempo existiam os *estancieros* - exploradores capitalistas da terra - e os *terratenientes* - proprietários especulativos de grandes extensões que viviam da renda e não da exploração. Os conflitos entre esses setores e os compradores no porto de Buenos Aires ao redor de questões como livre mercado e tarifas foram a marca registrada dos conflitos políticos no século XIX. Rosas ascendeu ao poder levado pelos *estancieros* portenhos, arrastando seus peões; os *estancieros* do Litoral e os caudilhos mediterrâneos ficaram unidos contra a hegemonia da burguesia comercial portenha; durante os conflitos com França (1838) e Inglaterra (1845) provaram o suficiente do lucrativo livre comércio com Europa como para seguir suportando por muito tempo que os portenhos explorassem o porto único, e vislumbraram um futuro cuja prosperidade dependia de acabar com o monopólio fluvial e aduaneiro de Buenos Aires.

A opressão sobre o Litoral levava à sua secessão, como já tinha levado à secessão do Paraguai. O Paraguai havia conseguido separar-se tanto da Espanha como de Buenos Aires, em 1811-1813. O país era geograficamente isolado (era o único Estado latino-americano cercado só por terra), e uma nação que falava predominantemente a língua guarani. No Litoral surgiu uma poderosa força que se levantou contra o “rosismo”, que não teria derrubado Rosas (em 1852, depois da batalha de Caseros) de não ter contado com o apoio tácito dos *estancieros* portenhos que, em defesa das novas necessidades de sua acumulação, retiraram seu apoio ao “Restaurador das Leis”. A força do mercado mundial atraía irresistivelmente à Argentina. A principal herança do regime rosista foi criar a grande oligarquia que se tornou sócia da Inglaterra depois de uma longa disputa: “É indiscutível que Rosas defendeu a independência do país - do seu país, o país dos *estancieros* - contra todos os intentos de recolonização, e está provado que os verdadeiros colonialistas eram os próceres que desde Montevideu auspiciavam o protetorado francês. Rosas foi partidário da colônia num único e só sentido: enquanto tentou conservar e fazer prosperar

³² Ernesto Quesada. *La Época de Rosas*. Buenos Aires, Emecé, 1950, pp. 20-25.

contra todos os obstáculos a velha tradição que vem da colônia: vacas, vacas, vacas, como dizia Sarmiento. Mas chegou o momento em que o sistema rosista já não serviu para conservar essa tradição e entrou em conflito com a classe que o sustentou desde a primeira hora. A hostilidade do Litoral somava-se à dos *estancieros* portenhos, a própria base de sustentação de Rosas. Sua queda era inevitável”.³³

A vitória de Urquiza sobre Rosas, apoiado por Brasil e Montevidéu, iniciou a estruturação capitalista da Argentina. As classes dominantes eram as mesmas do período colonial: “Quando na segunda metade do século novas correntes de intercâmbio, de mão de obra e de capitais fluíram do velho continente, originando um período de excepcional expansão, o grupo dedicado à criação de gado foi suficientemente flexível e secularizado como para se adaptar rapidamente; mas também teve os controles reais do poder como para determinar que a direção do movimento não lhe escapara das mãos”.³⁴ Com a oposição de Buenos Aires, Urquiza organizou um congresso que aprovou a Constituição da Nação Argentina; baseada nas ideias de Juan Bautista Alberdi, a nova lei fundamental do país era concebida como um instrumento para “civilizar” o povo pelos princípios de liberdade e igualdade, mediante a criação de novas instituições, da mudança da composição étnica e do crescimento econômico, sob a liderança de elites ilustradas. Alberdi examinou os experimentos constitucionais de diversos países latino-americanos, incluindo a Argentina, que tivera duas Constituições promulgadas em 1819 e 1826, anuladas por força dos enfrentamentos políticos contra o governo central.

Argentina sofreu com a desaparecimento das condições que fizeram possível sua emergência como república: a existência do Império Britânico como principal mercado para os produtos alimentícios, a divisão internacional do trabalho e o livre movimento de bens e serviços. Seu rápido crescimento econômico em finais do século XIX foi consequência de um vínculo especial com a economia britânica, baseado no modelo agroexportador latifundiário. Argentina se tornou o principal provedor de carnes, couros e grãos da Grande Bretanha. Os lucros não foram reinvestidos na indústria.

Ainda que com uma estrutura de classes menos polarizada do que em Cuba e no Brasil, cujas economias giravam também em torno da plantação ou a estância, as dificuldades da Argentina refletem a dominação da aliança de classes entre a alta burguesia da terra e o capitalismo estrangeiro: “A renda agrária que sustentava a classe dominante da Argentina, o capital mercantil que exportava a produção da pampa e importava as *commodities* europeias, e o capital financeiro que permitia à elite lucrar com uma economia errática e manter o monopólio da terra governaram a economia argentina. Esses três fatores impediram a formação de uma lógica econômica mais vigorosa ao frustrar o desenvolvimento de um forte setor manufatureiro e, conseqüentemente, a disciplina que um circuito de capital industrial no comando tivesse oferecido à economia como um todo. Argentina careceu de um capital industrial consumado que disseminasse sua lógica a través da economia, uma lógica crítica para o desenvolvimento capitalista porque demanda investimentos contínuos de capital fixo, melhoramentos tecnológicos (e assim aumentar a produtividade do trabalho), um ciclo acelerado de negócios e maior competitividade. O capitalismo argentino era parasitário, ineficiente, e dirigido por uma coligação de financistas e comerciantes que confiavam na verdadeira, porém transitória, vantagem comparativa da Argentina no mercado mundial”.³⁵

O consumo e investimento da classe dominante argentina eram típicos das economias dominadas pelo latifúndio. Situada majoritariamente em Buenos Aires, a burguesia recebia

³³ Milcíades Peña. *El Paraíso Terrateniente*. Buenos Aires, Ediciones Fichas, 1972, p. 93.

³⁴ Roberto Cortés Conde e Ezequiel Gallo. *La Formación de la Argentina Moderna*. Buenos Aires, Paidós, 1973.

³⁵ Michael Johns, Industrial capital and economic development in turn of the century Argentina, *Economic Geography*, Londres, abril 1992.

perto de 25% da renda nacional. Com esses recursos, gastava uma porção significativa em bens manufaturados nos Estados Unidos ou Europa. Com um mercado interno limitado e baixos salários do proletariado, a indústria local teve condições desfavoráveis: “A alta renda da terra urbana reduziu a demanda efetiva dos salários urbanos, assim como as pouco sistemáticas tarifas de importação, que deram escassa proteção à indústria porém financiaram o governo ao custo de elevar os preços dos produtos importados”. O proletariado urbano passava grande parte do ano desempregado ou era forçado a trabalhar por salários de miséria nas grandes propriedades das pampas; escreveu Juan Alsina: “Os trabalhadores nas fabricas e oficinas eram usualmente trabalhadores por um dia que, sem nenhuma habilidade definida ou descrição do seu trabalho, aprendiam um ofício rapidamente. Estes eram trabalhadores altamente móveis recebendo salários mínimos, capazes de desempenhar tarefas múltiplas e se transferir para outros empregos rapidamente; inclusive deixavam seus trabalhos na cidade por cinco ou seis meses para trabalhar no campo cortando madeira ou na colheita de grãos”.

A economia argentina estava concentrada em Buenos Aires e as pampas adjacentes; os imigrantes que chegaram em grandes contingentes em torno a 1880 tendiam a permanecer perto da cidade, uma urbanização no seio de uma sociedade agrária, característica de todos os países subdesenvolvidos de produção agroexportadora. A imigração proveu uma massa de trabalhadores, algum pessoal qualificado, e um pequeno número de empreendedores. Porém, as características da expansão econômica argentina, sob o controle britânico e base agroexportadora, tenderam a manter a iniciativa empreendedora longe da atividade industrial enquanto a urbanização se desenvolvia rapidamente. Sob a hegemonia da burguesia agrária a mobilidade social acabou inflacionando um desproporcional setor terciário, caracterizado por um grande número de atividades improdutivas.

A “modernização” deixou intocada a estrutura da sociedade. Os recém-chegados que pretendiam adquirir terra só podiam se voltar para o mercado privado, onde os preços eram inatingíveis. Os banqueiros mostraram pouco interesse pela agricultura; preferiam emprestar dinheiro aos grandes proprietários e comerciantes que faziam parte do circuito agroexportador. Empréstimos hipotecários eram inacessíveis para os camponeses pobres, que vinham fugindo da pobreza do Sul da Europa. Charles Hotham, enviado britânico, comprovou a necessidade de evitar a desagregação do território argentino e apoiar a unidade do país: Inglaterra apoiou Urquiza, os propósitos separatistas dos caudilhos regionais foram desaprovados, assim como a ingerência do Brasil nos assuntos argentinos.³⁶

Em toda a América Latina, a conquista da independência política abriu o campo para a expressão das contradições sociais no interior das antigas sociedades coloniais. Inicialmente fracassaram os projetos que propunham o fim das diferenças de “castas” e a reforma agrária, mediante a divisão das grandes propriedades rurais entre os índios e os mestiços pobres. A partir deste momento, a oligarquia latino-americana se tornou profundamente conservadora nas lutas contra os camponeses, junto à Igreja Católica. As lutas de independência no México foram extremamente desgastantes, nos campos social e econômico: com o fim da guerra, a economia mineira e a produção agrícola apresentavam índices baixíssimos, e nos campos de batalha jaziam 600 mil mortos em decorrência de mais de onze anos de lutas. Com a fim do domínio da coroa espanhola, iniciou-se um processo de submissão da mão de obra indígena. Enquanto no período colonial existia uma legislação que obstaculizava a arregimentação indiscriminada da força de trabalho indígena, e evitava o esfacelamento das propriedades comunais, a oligarquia, mesmo antes da independência, deu início ao processo de usurpação das terras dos índios, e transformou grandes contingentes de camponeses em trabalhadores rurais (*peones*).

Estes se viram obrigados a trabalhar nas *haciendas* em troca de alimentação e abrigo e ainda estavam obrigados a comprarem os seus mantimentos nas “*tiendas de raya*” (barracões)

³⁶ Leon Pomer. *As Independências da América Latina*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

localizadas nas próprias fazendas, onde os preços eram sempre elevados: as dívidas contraídas eram transferidas de pai para filho, aprisionando nas fazendas a força de trabalho. O levantamento em Tehuantepec, em 1827 no Estado de Oaxaca, produziu-se pela luta dos camponeses pela recuperação das suas terras. No México independente, os camponeses mais organizados levantaram-se em armas e iniciaram uma onda de vingança contra os fazendeiros que ocupavam as suas propriedades, queimando os ranchos e matando o gado. Os dirigentes deste movimento eram prelados espanhóis. Os grandes proprietários, temendo que o movimento se alastrasse, solicitaram ao exército a repressão do movimento e a manutenção de uma guarnição permanente.

Pouco depois, em 1832, o general Santa Anna se sublevou. No ano seguinte, ele se tornou presidente, mas dirigia de fato o governo o vice-presidente Gómez Farias, ao mesmo tempo em que um parlamento liberal combatia os privilégios do clero e do exército. Santa Anna reapareceu em cena, expulsando os liberais, se proclamando guardião da ordem conservadora e promovendo um exército que absorvia metade do orçamento nacional. A rebelião de Olarte em Papantla (1836-1838), no Estado de Veracruz, viu os camponeses *totonacas* enfrentarem os grandes proprietários que invadiram suas terras com o gado, destruindo as lavouras. O poder local acusava os índios de contrabando de armas; o bispo de Puebla proibiu as manifestações religiosas dos índios. A exploração econômica, somada à perseguição social e política, motivou a revolta. No Estado de Veracruz residia o tenente-coronel Mariano Olarte, antigo combatente pelo federalismo. Olarte transformara-se num caudilho que controlava politicamente Veracruz e estados fronteiriços. Olarte caiu morto num enfrentamento com as tropas legalistas em 1838: até o final desse ano suas tropas irregulares foram derrotadas.

Mas as águas mexicanas não se acalmaram. A revolta de Tlapanecas se produziu em 1842-1843, no Estado de Guerrero. Em 1843 foi concedida anistia e a promessa de títulos de posse aos indígenas. A revolta dos camponeses de Las Joyas, em 1844, também reivindicou a terra, usurpada secularmente pelos grandes proprietários, e o fim do imposto pessoal ou *capitación*, pelo qual os índios tinham a obrigação de pagar uma quantia em dinheiro estipulada pelo governo. Houvera em 1844 a perda da colheita de algodão das comunidades; o governo passou a importá-lo dos EUA para abastecer as fábricas têxteis, gerando fome e miséria entre os camponeses. Sob a liderança de Miguel Casambras a rebelião se alastrou: para reprimir os camponeses foi enviado o general Nicolás Bravo que, a 9 de outubro de 1844, invadiu o *pueblo* de Altiaca, sob pretexto de vingar assassinatos cometidos por índios.

Na revolta dos *totonacas* e *nahuatlacas*, de 1845 até 1849, no Estado de Veracruz, as comunidades iniciaram reuniões para encaminhar legalmente a luta pela manutenção das suas terras. A rebelião foi ampliando o seu raio de ação, passando de revolta local para regional, atingindo outros estados: o governo central desencadeou uma repressão sangrenta contra as comunidades. Temendo o ressurgimento do movimento, o poder central resolveu dar o último golpe contra os índios: mobilizou tropas do exército de vários estados, e desenvolveu uma operação de guerra para “pacificar” os camponeses, conseguindo acabar com a revolta. Nos mesmos anos, a guerra contra os EUA exauriu o erário público mexicano, o que motivou o governo a decretar uma nova lei que aumentava os impostos sobre as terras. Em princípio, os impostos e a ocupação dos bens recairiam sobre toda a sociedade, isto é, sobre as grandes propriedades, as terras eclesiásticas e as terras comunais. Mas, na prática, somente os índios sofreram pressão para efetivar o pagamento de impostos sobre as terras. Foi desencadeado o processo de ocupação das terras indígenas, para que se pudesse continuar o financiamento da luta contra as tropas norte-americanas.³⁷ Assim, em meados do século XIX, as forças conservadoras e os problemas derivados do intervencionismo externo impuseram sua impronta regressiva e fragmentadoras aos processos independentistas de toda a América Latina.

³⁷ Enrique Semo. *Historia Mexicana: Economía y Lucha de Clases*. México, Ediciones Era, 1978.